





**Relatório Executivo do Projeto  
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos  
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de  
Montes Claros (MG)**

**Análise do Portal da Transparência do Município de Olhos D'Água**

Montes Claros (MG)  
2025

## Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório [www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br) se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

# Análise do Portal da Transparência do Município de Olhos D'Água

## 1. Sumário

A avaliação realizada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Olhos d'Água considerou **45 critérios**, distribuídos entre os grupos de Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Do total analisado, **15 critérios foram atendidos**, enquanto **30 não foram atendidos**, resultando em **33,3% de atendimento e 66,7% de não atendimento**.

O desempenho observado evidencia que algumas informações essenciais estão disponíveis, principalmente nos grupos de Receita, Despesa, Recursos Humanos, Convênios Recebidos, Diárias e Acessibilidade. Contudo, a maior parte dos critérios permanece sem divulgação, especialmente nos grupos de Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas e Planejamento, o que limita o acompanhamento mais amplo das ações administrativas.

## 2. Análise Detalhada por Grupo

No grupo **Receita**, o portal disponibiliza dados sobre a previsão e a execução das receitas, bem como a classificação orçamentária por natureza, atendendo aos dois critérios principais dessa categoria. Entretanto, a lista de inscritos em dívida ativa não está publicada, o que impede a consulta pública sobre a recuperação de créditos municipais.

O grupo **Despesa** apresenta informações completas tanto sobre a execução orçamentária quanto sobre beneficiários, serviços e procedimentos licitatórios vinculados aos gastos, permitindo um nível adequado de acompanhamento dessa área.

Em **Convênios e Transferências**, foram identificadas informações sobre as transferências recebidas. Contudo, não foram localizadas informações completas sobre as transferências realizadas e nem sobre acordos que não envolvem repasse financeiro, resultando em atendimento parcial nessa categoria.

O grupo **Recursos Humanos** divulga a relação nominal dos servidores, cargos, lotações e lista de estagiários. No entanto, não são apresentadas informações sobre remunerações, terceirizados e editais de concursos públicos, o que limita a transparência sobre a estrutura funcional da administração.

No grupo **Diárias**, estão disponíveis dados sobre beneficiários, períodos e motivos, mas o portal não apresenta a tabela com os valores das diárias previstas em legislação local.

O grupo **Licitações** apresenta apenas a relação das licitações, com informações sobre número, modalidade e situação. Contudo, não divulga editais, documentos complementares, processos de dispensa e inexigibilidade nem o plano anual de contratações, gerando lacunas importantes.

Em **Contratos**, o portal disponibiliza apenas o resumo dos contratos celebrados. Não há publicação do inteiro teor dos documentos, relação de fiscais ou ordem cronológica de pagamentos.

O grupo **Obras** não apresenta quaisquer informações relativas a obras, etapas, evolução, quantitativos ou obras paralisadas.

No grupo **Prestação de Contas**, nenhum dos documentos obrigatórios é divulgado, incluindo balanço geral, relatórios de gestão, julgamentos de contas e demonstrativos fiscais.

O grupo **Planejamento** também não apresenta qualquer informação relativa ao PPA, LDO, LOA ou objetivos estratégicos, limitando a compreensão sobre metas e ações planejadas.

Por fim, no grupo **Acessibilidade**, o portal oferece exibição do caminho de navegação, alto contraste, ferramenta de redimensionamento de texto e mapa do site. Apenas o símbolo de acessibilidade não está disponível.

### **3. Considerações Finais e Recomendações**

O Portal da Transparência de Olhos d'Água disponibiliza algumas informações relevantes nas áreas de Receita, Despesa, Recursos Humanos, Convênios

recebidos, Diárias e Acessibilidade. No entanto, a ausência de dados nos grupos de Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas e Planejamento limita o acompanhamento das ações administrativas e reduz a abrangência das informações apresentadas.

Recomenda-se ampliar a divulgação dos documentos essenciais que ainda não estão disponíveis, tais como editais e documentos complementares das licitações, textos integrais dos contratos, informações sobre obras, demonstrativos fiscais, relatórios de gestão e instrumentos de planejamento. Também é importante disponibilizar dados sobre terceirizados, remunerações dos servidores, acordos sem repasse financeiro e tabela de valores de diárias, fortalecendo o conjunto de informações oferecidas à população.

A implementação dessas ações permitirá ao município aprimorar a divulgação de dados públicos, oferecendo maior clareza sobre os processos administrativos e ampliando as condições para o exercício do controle social de forma mais abrangente e efetiva.

**Conheça o Observatório do projeto:**

[www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br)